

POLÍTICA ECONÔMICA

Política de curto prazo será discutida hoje

Política monetária não será alterada, e fontes do governo dizem que tarifas e preços públicos ficam abaixo da inflação até o fim do ano

BRASÍLIA — Os ministros da Fazenda, Gustavo Krause, e do Planejamento, Paulo Haddad, se reunirão hoje para discutir a política econômica de curto prazo, a ser apresentada na próxima semana ao presidente em exercício, Itamar Franco. A política de juros altos será mantida e os representantes do governo dizem poder conter os reajustes de tarifas e preços públicos abaixo da inflação até o final do ano. Estudos mostram que preços e tarifas públicas subiram 15º acima da inflação até agora, índice considerado mais que suficiente pelos técnicos. Os preços das estatais serão realinhados preços a cada dois ou três meses.

Um documento, conhecido como *Bases para uma Política Econômica*, definirá o perfil do go-

verno Itamar. Informa-se que ele uniformizará o discurso do governo, deixando claro que não haverá aventuras como dolarização da economia, congelamento de preços, de fixação ou confisco dos recursos aplicados. Manifestando-se sempre contrários a pacotes econômicos, os ministros dizem que, com a aprovação do ajuste fiscal pelo Congresso, o governo recuperará as condições para enfrentar a escalada da inflação e, ao mesmo tempo, ganhará espaço para praticar uma política monetária mais flexível.

Para os técnicos, este é o momento de o governo limitar a captação de recursos. Não haverá, segundo se informa, contenção nos reajustes do câmbio, para não comprometer as atividades dos expon-

tadores. Poderão ser mantidas as medidas adotadas pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira, em meados do ano, quando cresceu o ingresso de recursos. Na época, o Banco Central fixou prazo de 30 meses para permanência de empréstimos e de 60 meses o prazo mínimo para que os financiamentos ficassem isentos do imposto de renda sobre a remessa de capital.

Além disso, a equipe anterior elevou os encargos cobrados nas operações de cancelamento de contratos de antecipação de contrato de câmbio, os chamados ACCs. Isso, no entanto, não susteve a entrada de capital estrangeiro, mantendo a pressão sobre as taxas de juros internos e provocando o aumento da dívida pública.